

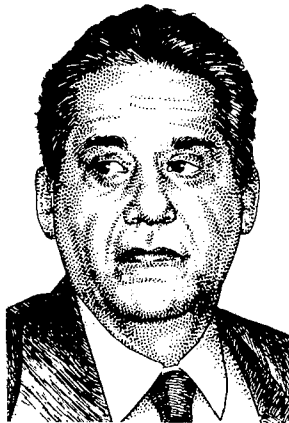
Ministro nega alterações na política salarial e pede apoio aos sindicalistas

por Lu Aiko Otta
de Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, reuniu-se ontem com líderes sindicais para explicar, em linhas gerais, as medidas que anunciará hoje. Ele desmentiu que haverá alterações na política salarial e pediu apoio ao plano. A explicação foi a seguinte:

• **Indexador (URR)** — Se o Congresso aprovar o ajuste fiscal proposto na emenda, será criada uma unidade de conta (ou de referência), voluntária, com a finalidade de estabilizar preços. No futuro, a moeda seria conversível, graças às reservas na casa dos US\$ 30 bilhões, combinada com o fim da drenagem de recursos via orçamento. Não se trata de dolarização, pois ela geraria problemas para as exportações. Diferente do que ocorre com o cruzeiro real, a nova moeda teria credibilidade.

• **Choque** — Não haverá choque, embora alguns setores da sociedade pressio-



Fernando Henrique
Cardoso

nem por isso. O ministro explicou que o congelamento seria a resposta imediata para deter a alta do custo de vida, mas essa é uma alternativa que se desmoraliza em um mês, numa sociedade aberta e de mercado. Ele só funcionou precariamente no passado, porque havia instrumentos mais autoritários de controle, uma sociedade menos demandante e menos regras jurídicas. As alternativas não são fáceis e são

poucas, principalmente se se tentar preservar as regras democráticas. Na Argentina o ministro da Fazenda ganhou autoridade para baixar decretos contra a Constituição, o presidente Menem nomeou o dobro de ministro do Supremo Tribunal Federal para garantir as ilegalidades e o ministro da Fazenda acumulou seis pastas para conter os gastos. Depois de duas hiperinflações, houve uma intervenção direta sobre as regras democráticas. No Brasil não houve hiperinflação e ninguém está interessado em romper com a democracia.

• **Juros** — Na semana passada, foram rolados US\$ 7,5 bilhões da dívida interna a juros altos, por causa da gravidade do quadro político. Na medida do possível, evita-se aceitar essas taxas. O governo deixou de rolar outros US\$ 500 milhões porque as taxas estavam "impossíveis". No entanto, os juros são determinados pelo mercado e o governo, muitas vezes, torna-se uma espécie de refém.

• **Revisão constitucional**

— Na melhor das hipóteses, a revisão dará condições de gerenciamento das contas públicas no segundo semestre do próximo governo. Há muita apreensão, pois não se sabe sequer se a revisão será mesmo feita. Por isso, o governo imaginou um mecanismo para ter condições de governar em 1994 e 1995, independente da revisão. Com isso, haverá mais tranqüilidade para discutir as reformas mais profundas.

• **Inflação** — Está estacionada na casa dos 35%. Trata-se de um patamar perigoso, a partir do qual não é difícil ocorrer uma disparada.

• **Fundo** — Não se trata de um fundo para financiar a campanha do ministro da Fazenda. É um mecanismo que permitirá à Fazenda executar o orçamento, conforme definido pelo Congresso, sem fazer novas dívidas nem alimentar a inflação. Quem define as prioridades dos gastos do fundo é o Congresso, mas as despesas serão atreladas à área social. Isso se fez necessário porque, embora a receita tenha crescido 20% neste ano, as despesas aumentaram num ritmo ainda mais rápido. Em novembro, foram arrecadados US\$ 900 milhões a mais do que no ano passado. Em compensação, só a Saúde precisa de US\$ 1,7 bilhões para fechar as contas deste ano.